



Produto Educacional

Hefesto

Objeto Digital de Aprendizagem

<https://bit.ly/39QTdS6>

Acompanha:

- Guia de apresentação e desenvolvimento no aplicativo de criação Sway
- Propostas de uso didático do produto

Bauru

2020

GODOI, Francis Pegorer. **Hefesto**. 2020. 45 fs. Produto Final (Mestrado profissional em Docência para Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita”. – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica. UNESP, Bauru, 2020.

Índice

Introdução	3
Tutorial para desenvolvimento da apresentação através do aplicativo SWAY ..	4
Proposta para sequências didáticas	18
Sequência didática 1	18
Sequência didática 2	20
Produto Educacional Hefesto	22
Créditos	34
Apêndices	36

Introdução

O Produto Educacional aqui apresentado é resultado da dissertação de mestrado **“ENSINO ATIVO DE FILOSOFIA: ALIANDO A PEDAGOGIA DO CONCEITO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS”**. Trata-se de uma apresentação desenvolvida a partir do aplicativo Sway, contendo imagens e textos voltados para um ensino ativo de filosofia por meio dos passos didáticos do professor Silvio Gallo (2012) para uma pedagogia do conceito (DELEUZE; GUATTARI, 1992)

Acompanha o produto:

- **Guia de apresentação e desenvolvimento no aplicativo:** Um manual onde apresentamos o aplicativo Sway (Microsoft) e descrevemos cada etapa de desenvolvimento da apresentação utilizada que foi empregada conjuntamente com os passos da Pedagogia do Conceito para um ensino de filosofia ativo.
- **Proposta para sequência didática:** Trata-se de uma sugestão de ensino ativo de filosofia onde aliamos os passos didáticos do professor Silvio Gallo para uma Pedagogia do Conceito. São duas sequências de desenvolvimento, a primeira em um contexto de duas horas de filosofia por semana e outra no contexto de uma aula por semana, nessa última, parte do processo acontecerá *online*.

Ao elaborar um Objeto Digital de Aprendizagem (ODA), bem como uma proposição de sua construção e utilização, buscamos contribuir para um ensino dinâmico, mas, de fato, formativo, que atraia os alunos das novas gerações a buscarem desenvolver um pensamento crítico, contribuindo para uma educação integral por meio de um ensino ativo de filosofia encontrado na Pedagogia do Conceito de inspiração deleuziana.

Não espere encontrar aqui uma “receita” de ensino de filosofia, o que pretendemos é propor um início de uma longa caminhada rumo ao filosofar no Ensino Médio.

Tutorial para desenvolvimento da apresentação através do aplicativo SWAY

Esse tutorial é baseado na apresentação do aplicativo Sway presente no site de suporte ao usuário Microsoft e foi adaptado com imagens do processo de criação do ODA. (MICROSOFT, 2019).

O Sway é um aplicativo (app) da empresa *Microsoft* utilizado no mundo todo, é interativo e não exige conhecimento técnico avançado para a sua utilização. O uso do Sway é gratuito para professores e alunos que possuem uma conta *Microsoft*.

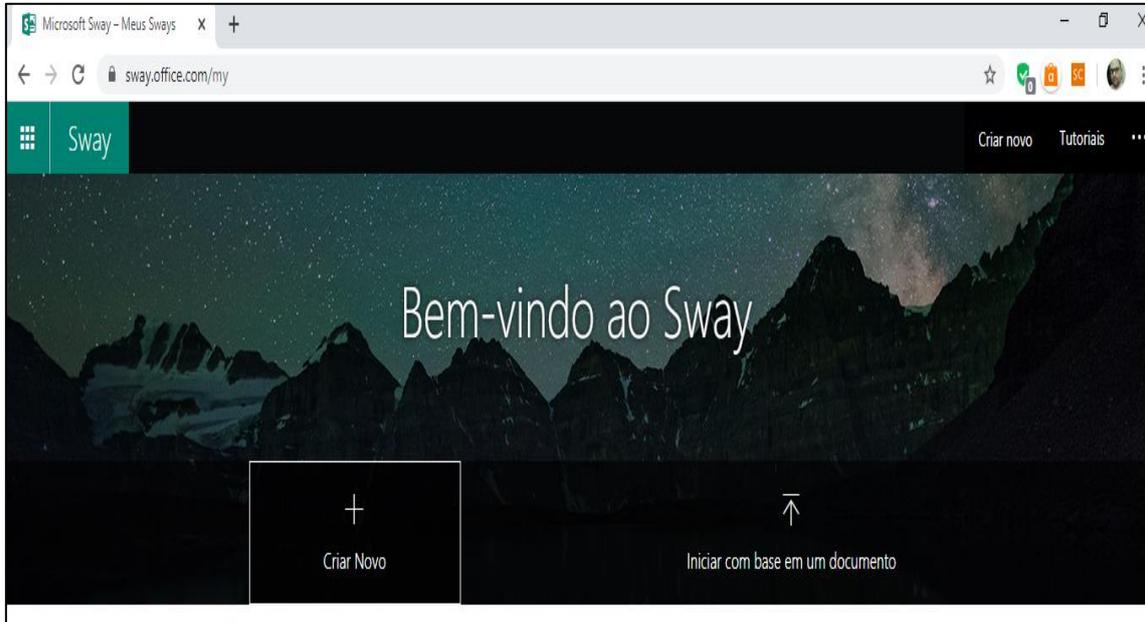
Passo 1: Login no Sway

Para iniciar o uso do *Microsoft Sway*, basta acessar de qualquer navegador o Site [Sway.Office.com](https://sway.office.com) e clicar em entrar.

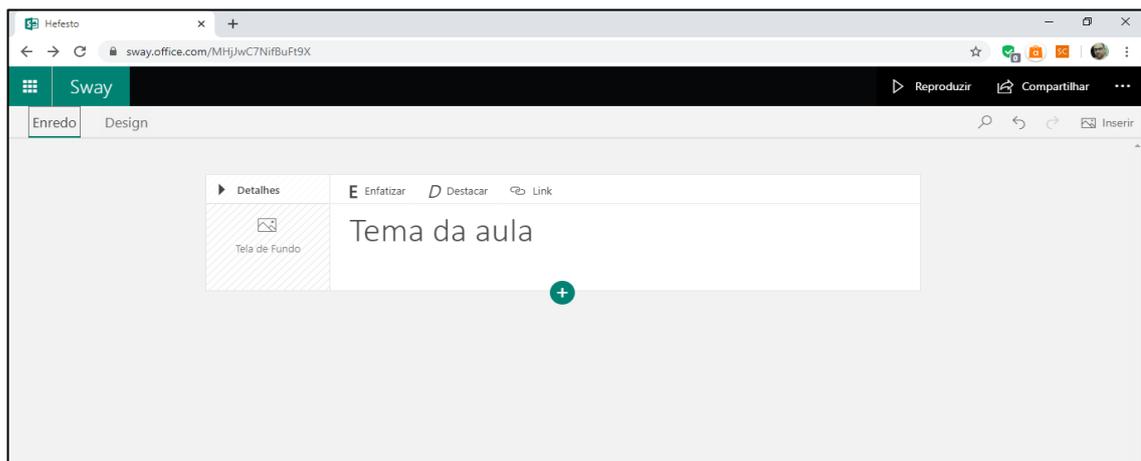
Assim que for solicitado coloque o e-mail de acesso, com domínio *@hotmail.com* , *@outlook.com* ou a conta fornecida pela Secretaria de Educação ou Centro Paula Souza. Caso não tenha acesso a nenhuma das possibilidades anteriores, basta acessar www.microsoft.com/account e criar sua conta gratuitamente.



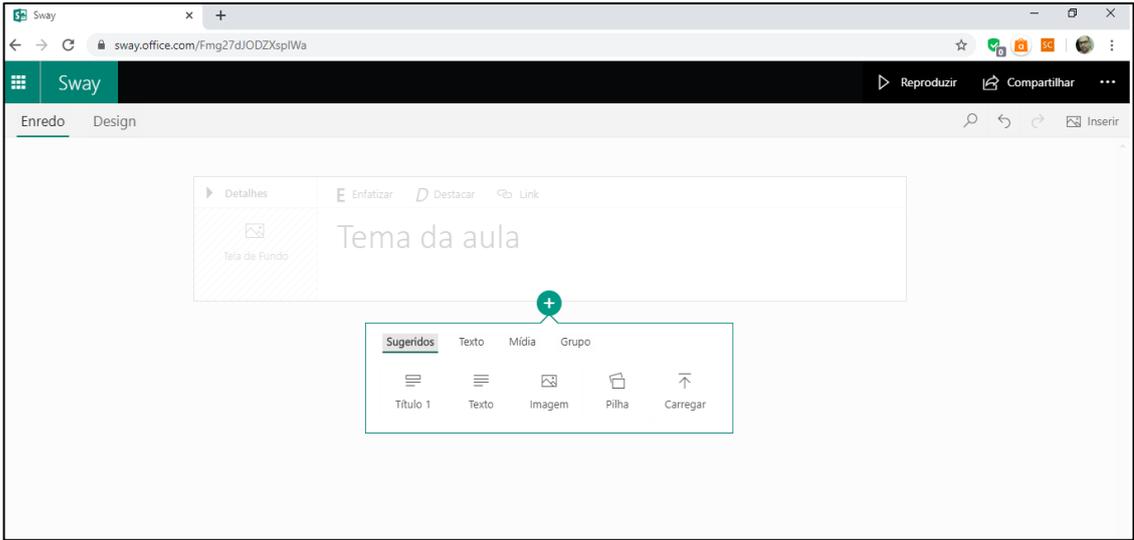
Ao ser logado no aplicativo a seguinte tela abrirá com as opções: “Criar Novo” “Iniciar com base em um documento”, essa opção é para você criar uma apresentação a partir de qualquer documento do *Office* :



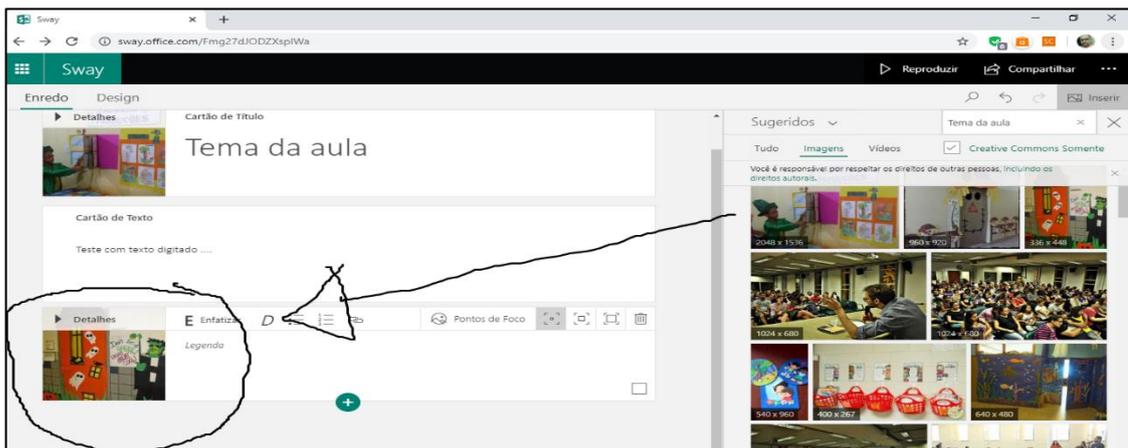
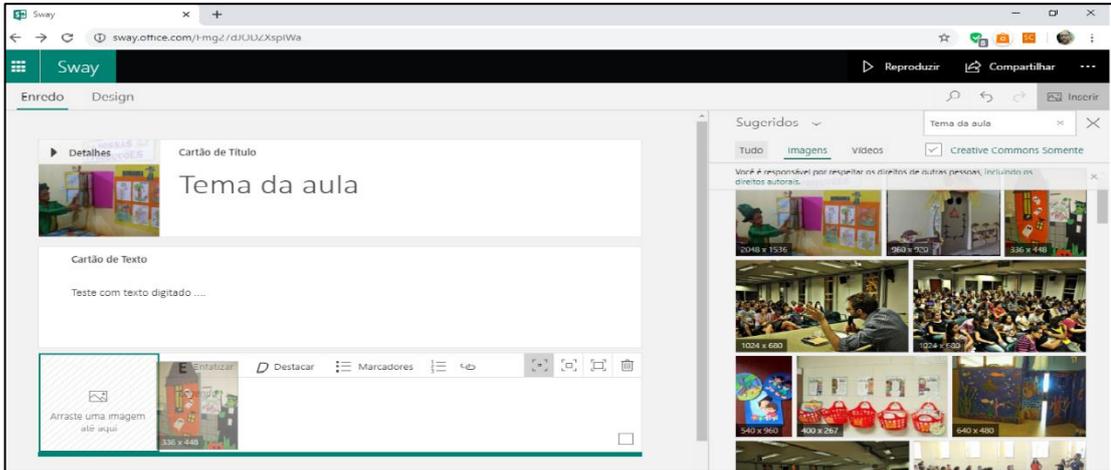
Optamos em criar um documento novo:



Na tela acima, no canto superior esquerdo, existe um botão chamado “Enredo”, neste local você poderá digitar, inserir imagens, editar e formatar seu conteúdo que será “contado de forma sequencial adicionando “cartões”, podendo a qualquer momento a sequência dos mesmos ser reorganizada (caso queira trocar a ordem, basta clicar e arrastar o cartão para a sequência desejada). Reparem que um primeiro cartão é adicionado automaticamente, ele é um cartão de título, porém existe outras opções de cartões como veremos abaixo:

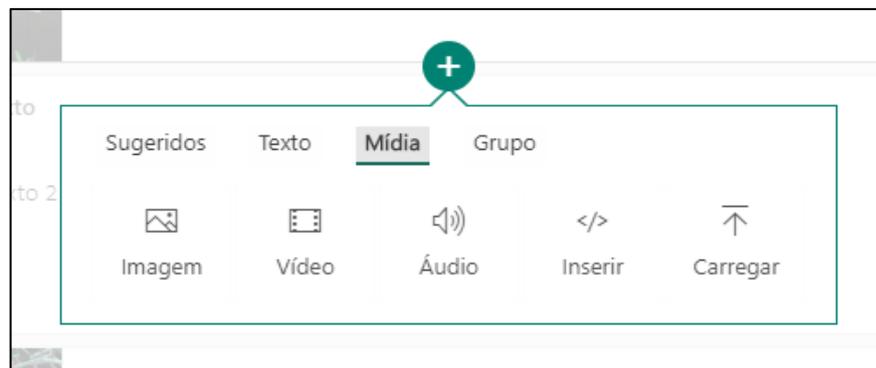


Para adicionar conteúdos basta clicar no “+” e adicionar títulos, textos, imagens, etc., tendo a opção de inserir sugestões do próprio Sway ou arquivos do seu computador. O usuário também possui a opção de “arrastar e soltar” as imagens em qualquer cartão criado.



O menu cartões é a base organizacional do Sway, o usuário possui as opções:

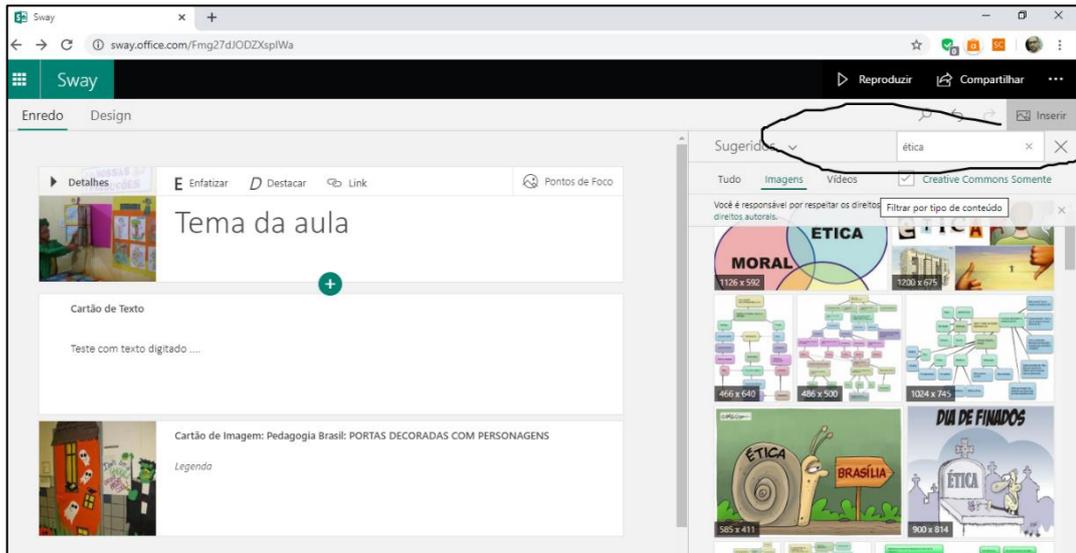
- Sugeridos: Título, texto, imagem, pilha e carregar (arquivos do computador);
- Texto: Título1 e Texto;
- Mídia: Imagem, Vídeo, Áudio, inserir (mídias de fontes externas) e Carregar;
- Grupo: Os cartões podem ser organizados em grupos, já pré-definidos no programa e com funcionalidades diferentes. (Automático, grade, comparação, pilha e apresentação de slides).



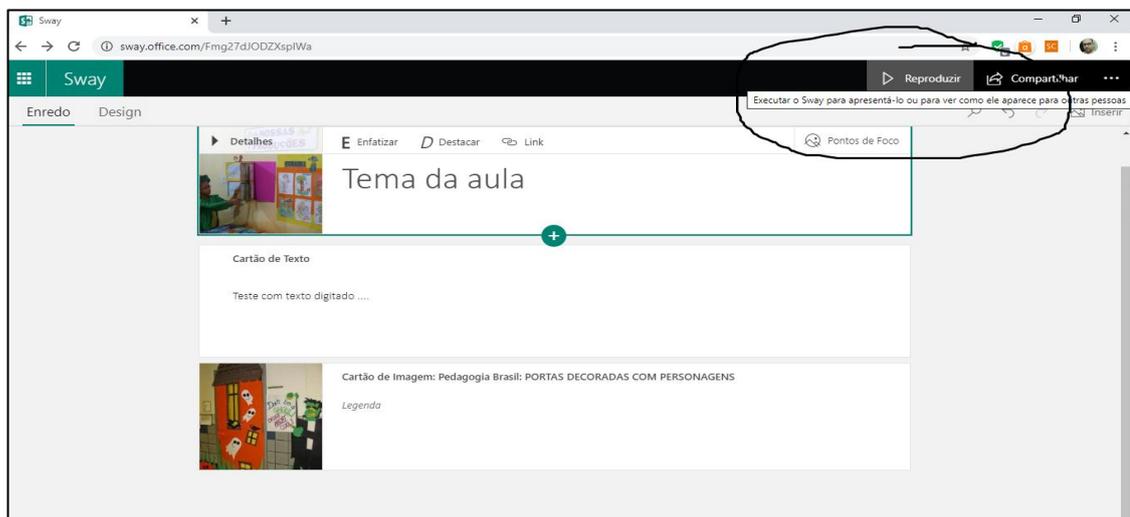
É preciso salientar que o Sway só poderá carregar arquivos com tamanhos máximos permitidos: 20 MB para documentos, 100 MB para arquivos de áudio, 768 MB para arquivos de vídeo, 256 MB para arquivos de imagem e 256 MB para outras extensões de conteúdo.

Além das opções já citadas o Sway também usa de um mecanismo de busca de internet selecionando os mais diversos conteúdos para o tema abordado.

Basta digitar o tema na barra de pesquisa e aguardar os resultados da busca.

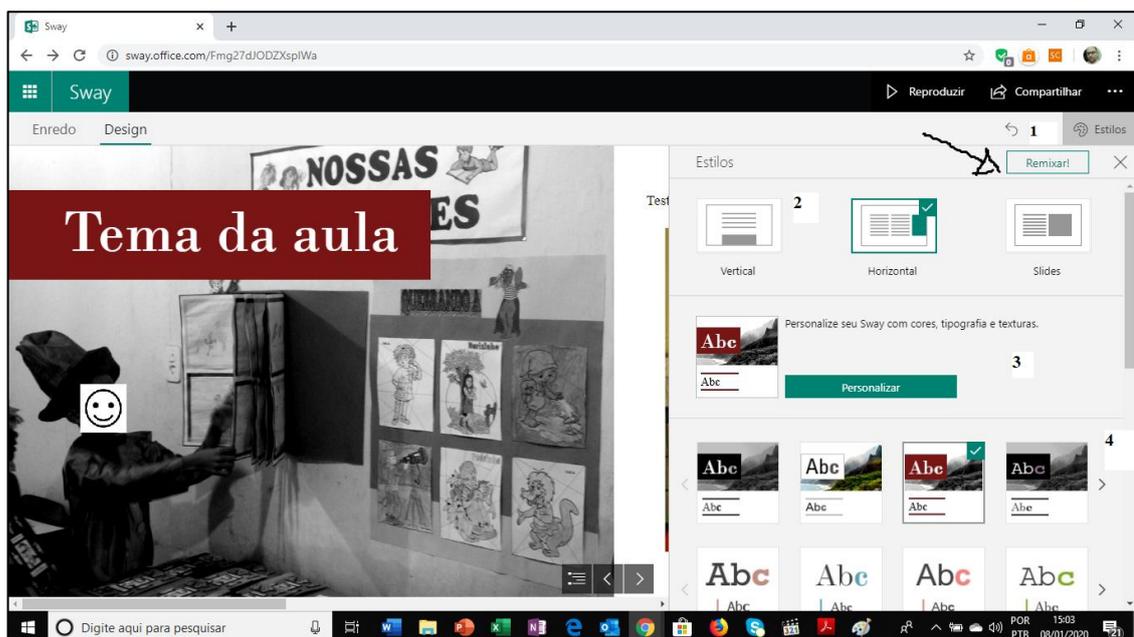


No canto superior direito existe um botão “reproduzir”, ele é uma ferramenta muito útil, pois a cada modificação o usuário poderá verificar como ficou na apresentação.





No canto superior esquerdo o usuário encontrará o botão “*Design*”, possui quase a mesma função que a opção “Reproduzir”, porém em “*Design*” existe a possibilidade de escolher um outro estilo para sua apresentação como apresentado abaixo.



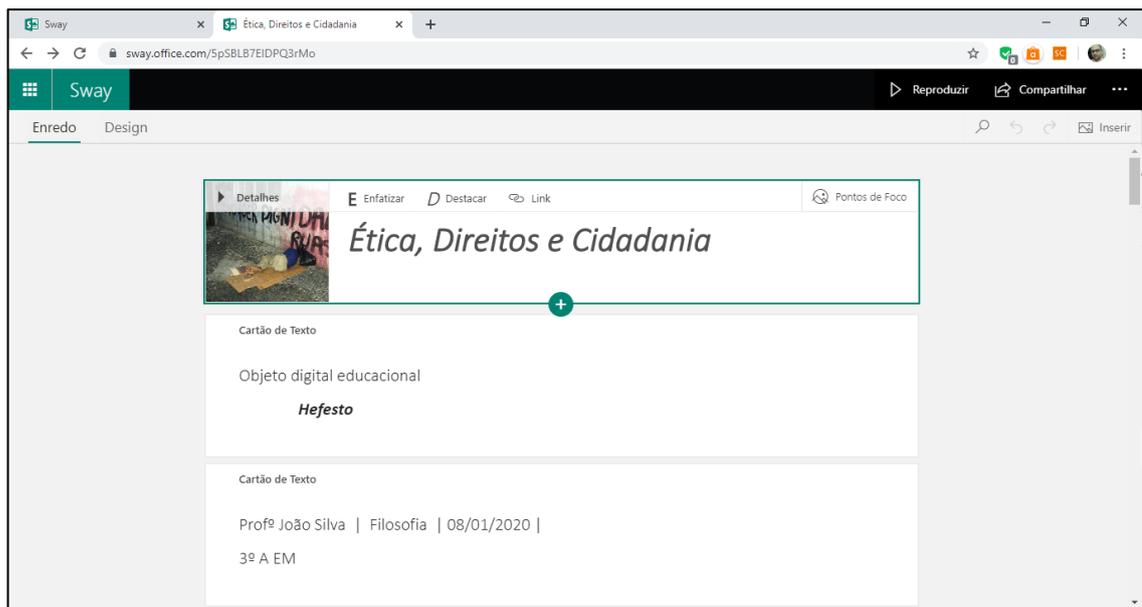
Os campos a serem mencionados aqui estão numerados, ao clicar no campo 1 “Estilos” serão abertas as demais opções que seguem. No campo 2 o usuário possui a possibilidade de alterar a forma de visualização da apresentação (Vertical, horizontal e Slides). Já no campo 3 existe a possibilidade de personalizar seu tema de forma manual, alterando cores e fontes das letras. Por fim no campo 4, existe a possibilidade

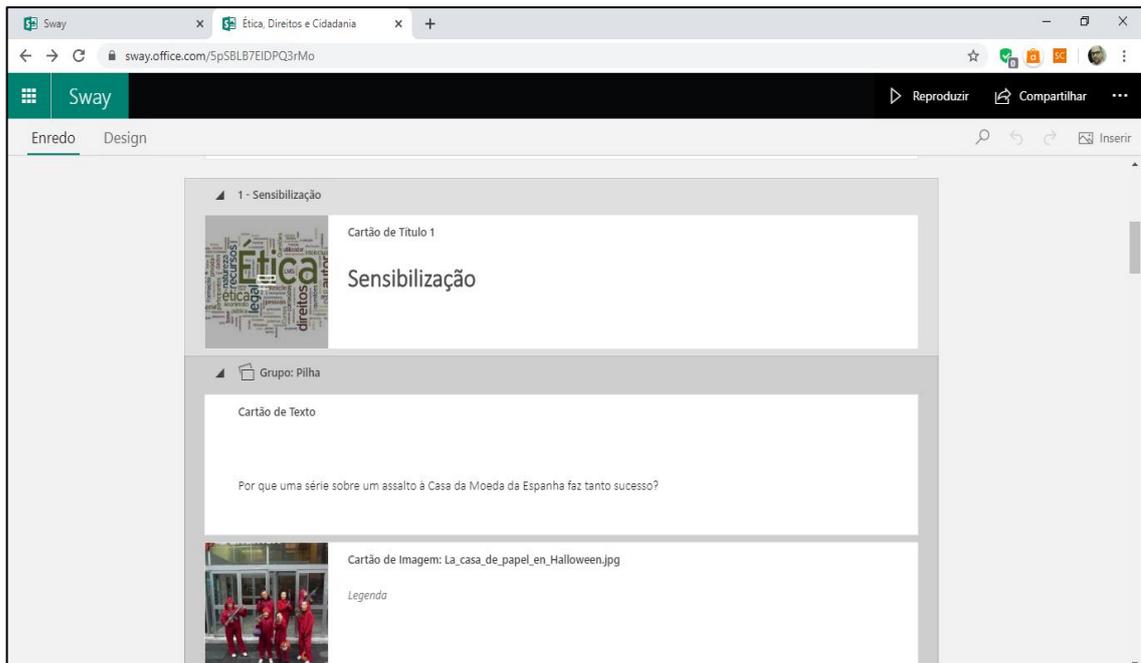
de alterar o tema, conforme fizemos. Caso queira escolher o melhor estilo para sua apresentação basta clicar em “Remixar”, a cada clique será alterado o estilo.

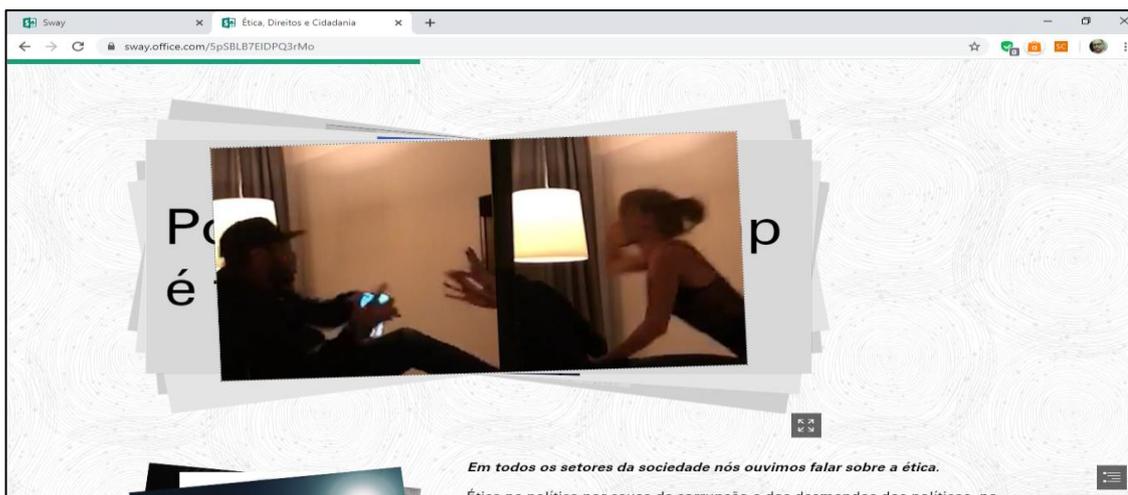
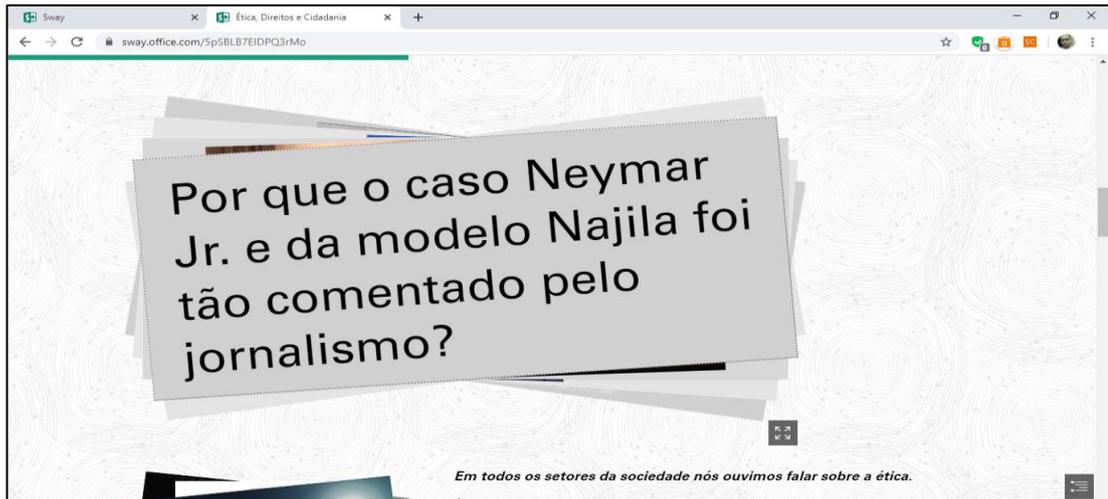
Para o nosso ODA, optamos por alterar um tema sugerido pelo Sway.



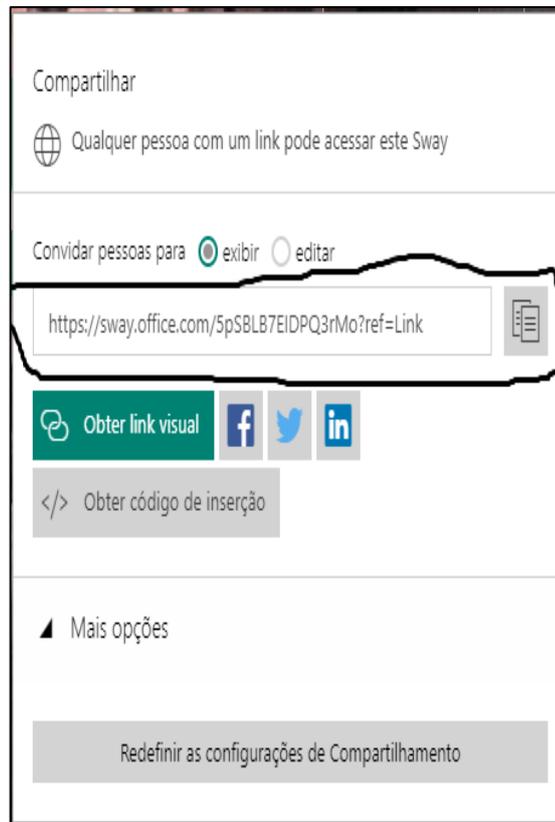
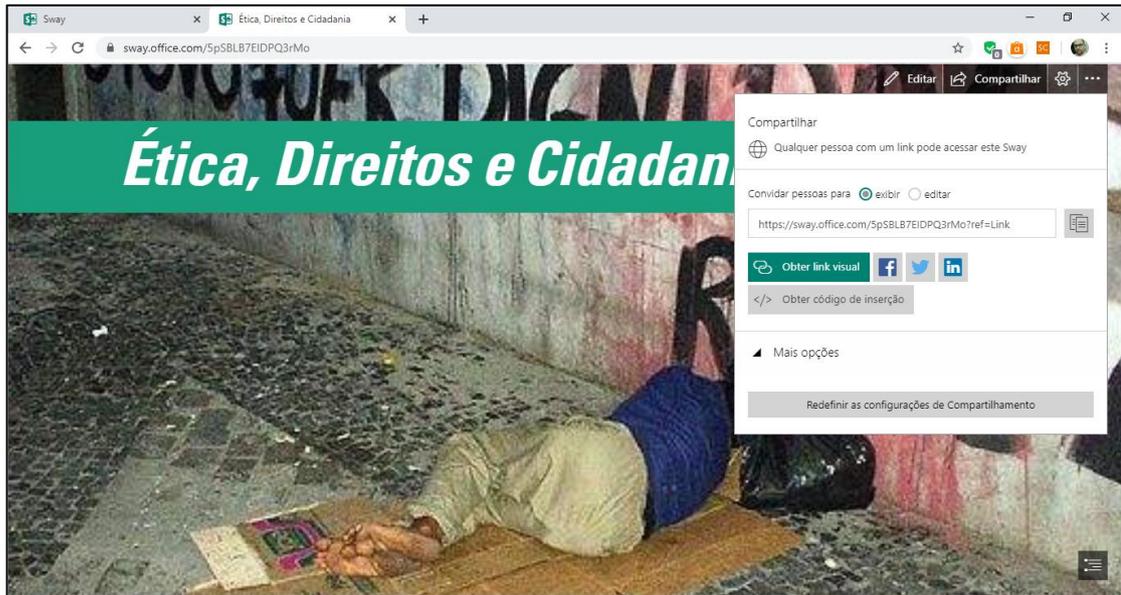
Seguem algumas comparativas do “Enredo” e com a apresentação pronta para verificação do usuário.







Uma grande vantagem e um dos principais motivos da escolha do aplicativo Sway para fazer parte desta preposição é a facilidade de compartilhamento. Existem diversas maneiras para compartilhar a apresentação com os mais diversos públicos.



Outra opção é compartilhar nas redes sociais *Facebook*, *Twitter* ou *LinkedIn*. É fácil e rápido.

Compartilhar

Qualquer pessoa com um link pode acessar este Sway

Convidar pessoas para exibir editar

<https://sway.office.com/5pSBLB7EIDPQ3rMo?ref=Link>

Obter link visual    

`</>` Obter código de inserção

▲ Mais opções

Redefinir as configurações de Compartilhamento

Também existe a possibilidade de gerar um link visual clicando em copiar e colando no corpo de um e-mail.

Obter link visual

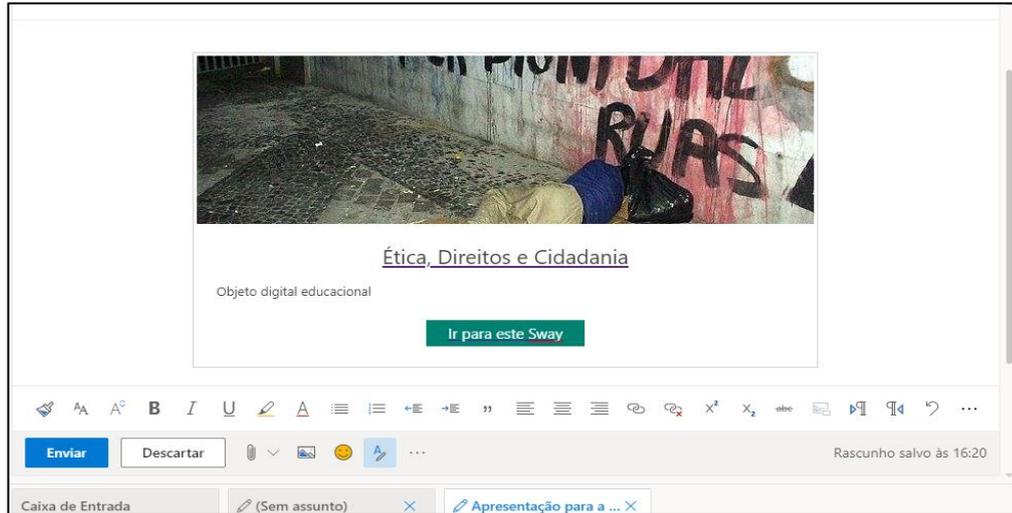
Copie essa miniatura e cole-a em uma mensagem de email.



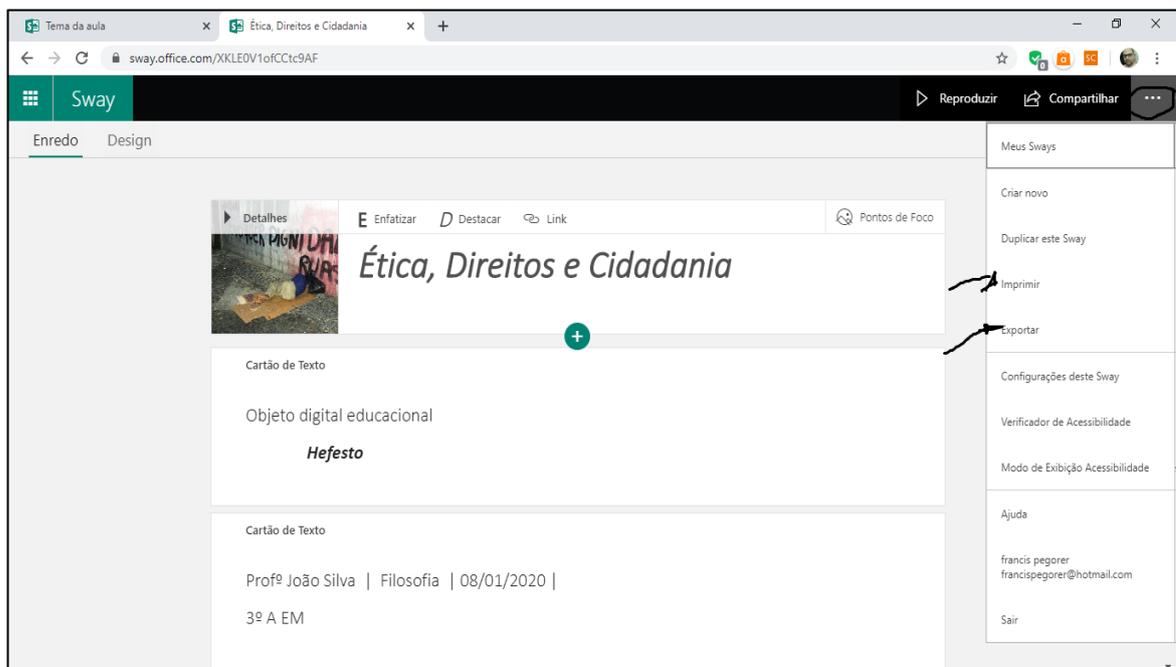
Ética, Direitos e Cidadania

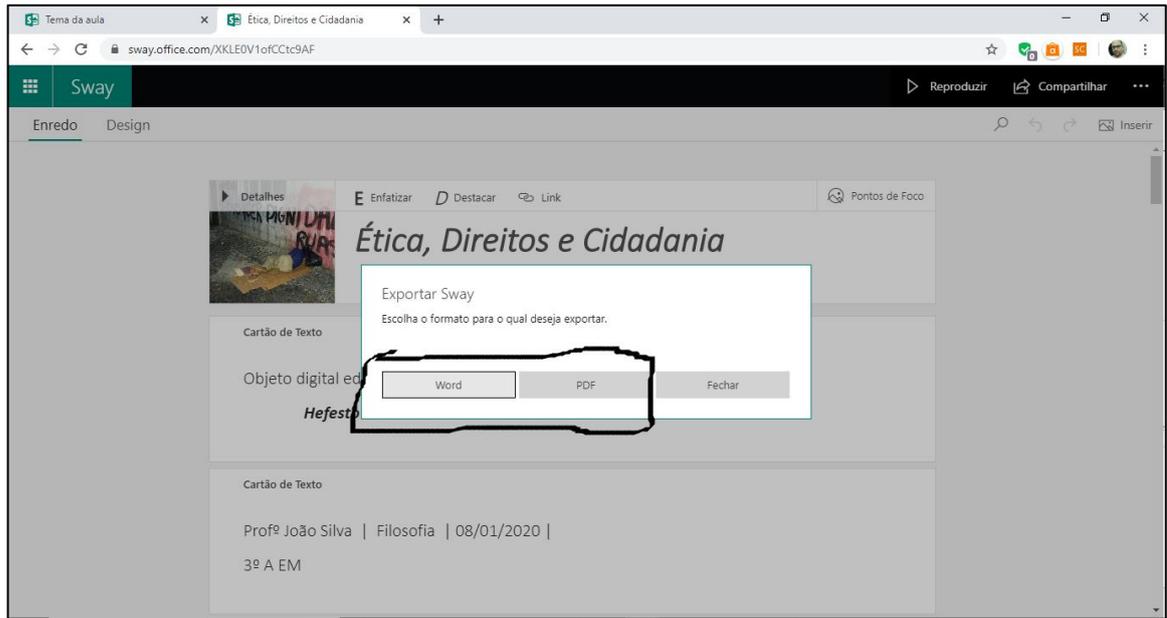
Objeto digital educacional

Copiar Fechar



Sabemos que ainda existem locais onde o acesso à internet é precário e limitado. O aplicativo possui uma possibilidade para exportar o conteúdo para formato compatível com Word ou com a extensão .PDF, possibilitando a impressão da apresentação ou sua exibição offline.





Este pequeno manual contém o básico da ferramenta Sway, existem outras possibilidades para criar apresentações, portfólios, relatórios, etc. Uma ferramenta intuitiva, interativa, moderna e pronta para ser utilizada nas mais diversas oportunidades.

Proposta para sequências didáticas

O formato de aulas proposto aqui é baseado em técnicas de ensino híbrido aliadas a uma pedagogia de criação de conceitos com o intuito de auxiliarem o professor na formação de seus alunos. Apresentaremos um modelo de utilização dessas técnicas, que poderá ser aplicado tanto em um contexto de escolas que possuem somente 1 aula semanal de Filosofia, quanto em escolas que possuem 2 aulas semanais de filosofia.

A diferença básica entre as duas realidades é que na segunda o objeto digital de aprendizagem deve ser disponibilizado com antecedência e os passos 1,2 e 3 serão realizados online, já o passo 4 será em sala de aula. Já na realidade de 2 aulas por semana o professor poderá desenvolver os passos da pedagogia do conceito somente em sala de aula.

O objeto digital de aprendizagem Hefesto (apresentação) utilizado nas sugestões abaixo encontra-se junto a esse documento, versão para imprimir, e na versão digital no link : <https://bit.ly/39QTdS6>

Sequência didática 1

Conteúdo: ética e cidadania - Conteúdo específico: A relação inseparável entre ética, direitos e cidadania - Duração: 2 aulas de 50 minutos por semana (Totalmente Presencial)

Introdução: A apresentação interativa poderá ser disponibilizada aos alunos na sala de aula através de um computador central e projeção, ou acessada através de notebooks ou smartphones (dependendo da realidade) e no laboratório de informática onde o aluno poderá acessar diretamente nos computadores disponíveis. O ideal é que o professor disponibilize aos alunos o link de forma prévia para evitar transtornos de acesso antes de iniciar a aula. A forma de utilização do objeto digital de aprendizagem pode variar. Alguns professores poderão optar por deixar os alunos percorrerem todo o conteúdo até o passo 4 e depois voltar a apresentação. Outros poderão optar por percorrem o caminho juntos. Questão de escolha.

Passo 1	Sensibilização (Aula 1)
Procedimento:	Esse é o momento de apresentar a parte referente a sensibilização. A intenção aqui é chamar a atenção do aluno para a temática, a contextualização com imagens e assuntos atuais são de extrema importância. <i>Observação: O professor pode utilizar vários tipos de mídias (Filmes, documentários, imagens, músicas, reportagens, etc...)</i>
Passo 2	Problematização (Aula 1)
Procedimento	Esse é o momento de formular perguntas sobre a temática, trazer a tona o problema. O professor utilizará a apresentação no passo 2 para exibir as perguntas norteadoras. Sempre é bom lembrar que o professor poderá acrescentar outras perguntas a problematização. Nesse momento os alunos poderão responder as questões tendo como base o senso comum. O professor deverá mediar o momento sempre indicando que terão um momento oportuno para a discussão. <i>Observação: Na apresentação que acompanha essa pesquisa, optamos por já fazer perguntas na sensibilização (Passo 1), utilizamos imagens acompanhadas por perguntas específicas a elas.</i>
Passo 3	Investigação (Aula 1)
Procedimento	Esse é o momento de usar a teoria filosófica, os clássicos da filosofia. Os trechos escolhidos foram selecionados com a intenção de municiar os alunos para o quarto passo, evitando que a formulação dos conceitos seja baseada no senso comum ou em teorias infundadas. <i>Observação: A escolha dos textos vai depender do recorte da temática. Aqui pensamos a ética como fim, como dever e como está ligada a liberdade. O professor pode optar por trechos a serem lidos em sala de aula ou por obras para serem lidas fora do horário escolar.</i> Acessando o link abaixo o professor terá acesso a sugestões de trechos selecionados para a proposta de sequência didática 1: https://drive.google.com/file/d/1r1I2zJpnaf9srYwFws2p_kzQj7pp7BI2/view <i>*Disponível também como apêndice a esse documento.</i>
Passo 4	Conceituação (Aula 2)
Procedimento	Nesse momento os alunos devem enfrentar o problema colocado no passo 2, caso seja necessário pode ser retomado qualquer um dos passos anteriores. O professor pode conduzir conforme sua realidade e necessidade, cada condutor deve ter a percepção e encaminhar o processo conforme as necessidades vão se apresentando. O primordial nesse passo é que os alunos percebam como os teóricos lidaram com os problemas, apropriem-se dos conceitos e os utilize como ferramentas atacando o problema ou os problemas em questão, caso isso se realize dessa forma o objetivo já será atingido. Claro que teremos alunos que irão além e criarão novos conceitos ou recriarão os quais tiveram contato, isso seria ótimo, mas o simples fato de apropriação do conceito é muito satisfatório. <i>Observação: Esse é o passo mais importante, porém impossível de ser realizado sem os outros, é preciso muita dedicação do professor para que ele realmente se efetive, é necessário tempo. De uma aula de 50 minutos reserve no mínimo 45 minutos para esse momento, pois é aqui, na conceituação que os alunos irão perceber o sentido de todo o processo percorrido.</i>

Sequência didática 2

Conteúdo: ética e cidadania - Conteúdo específico: A relação inseparável entre ética, direitos e cidadania - Duração: 1 aula de 50 minutos por semana (Formato ensino híbrido: parte a distância e parte online)

Introdução: Esse formato leva em conta que o aluno de alguma forma consiga estar conectado à internet fora da sala de aula. Ele deverá acessar o conteúdo do objeto digital de aprendizagem fora do horário de aula. Em casa? Não necessariamente, caso não possua conexão em sua residência poderá buscar locais públicos de acesso a internet ou na própria escola em horários de intervalo ou diverso ao seu horário de aula, basta existir um planejamento e a instituição disponibilizar.

Passo 1	Sensibilização (online)
Procedimento:	<p>A apresentação interativa poderá ser disponibilizada aos alunos (por uma das possibilidades de compartilhamento já demonstradas) de forma prévia. O ideal é que o professor avise aos alunos com uma aula de antecedência a disponibilidade do arquivo. Eles deverão acessar a apresentação e ler o conteúdo disponibilizado, inclusive os textos de apoio (link do passo 3 e na apresentação), durante a semana. Na aula seguinte o professor irá utilizar a apresentação conforme o desenrolar dos passos da pedagogia do conceito. Nesse momento irá apresentar a parte referente a sensibilização. A intenção aqui é chamar a atenção do aluno para a temática, a contextualização com imagens e assuntos atuais são de extrema importância.</p> <p><i>Observação: É possível também disponibilizar links para acesso de conteúdos extras fora da apresentação. O aluno deve ter controle sobre seu tempo de estudo, caso tenha pouco tempo online acessará o conteúdo disponibilizado no objeto digital de aprendizagem, caso possa permanecer por mais tempo utilizará os links para acesso aos conteúdos extras.</i></p>
Passo 2	Problematização(online)
Procedimento	<p>Esse é o momento de disponibilizar as perguntas sobre a temática, trazer a tona o problema. O professor utilizará a apresentação no passo 2 para exibir as perguntas norteadoras. Nesse momento os alunos poderão responder as questões tendo como base o senso comum.</p> <p><i>Observação: como esse momento não teremos interatividade, aconselhamos que esse passo seja retomado brevemente em sala de aula.</i></p>
Passo 3	Investigação (online)

Procedimento	<p>Esse é o momento de usar a teoria filosófica, os clássicos da filosofia. Os trechos escolhidos foram selecionados com a intenção de municiar os alunos para o quarto passo, evitando que a formulação dos conceitos seja baseada no senso comum ou em teorias infundadas.</p> <p><i>Observação: Nesse passo o professor deve dosar a quantidade de conteúdo dependendo do tempo. Caso o professor selecione trechos relativamente curtos, a continuação do processo pode ser na próxima aula presencial, mas caso o professor opte por indicar uma obra completa, o aluno precisará de mais tempo para lê-la, então o próximo passo terá que ser marcado posteriormente.</i></p> <p>Acessando o link abaixo o professor terá acesso a sugestões de trechos* selecionados para a proposta de sequência didática 2: https://drive.google.com/file/d/11sdsWySIXorM_VJ6vbpM2-b3BM94jAhI/view</p> <p>*Disponível também como apêndice a esse documento</p>
Passo 4	Conceituação (Presencial)
Procedimento	<p>Esse passo será desenvolvido em sala de aula. Nesse momento os alunos devem enfrentar o problema colocado no passo 2, caso seja necessário pode ser retomado qualquer um dos passos anteriores. O professor pode conduzir conforme sua realidade e necessidade, cada condutor deve ter a percepção e encaminhar o processo conforme as necessidades vão se apresentando.</p> <p>O primordial nesse passo é que os alunos percebam como os teóricos lidaram com os problemas, apropriem-se dos conceitos e os utilize como ferramentas atacando o problema ou os problemas em questão, caso isso se realize dessa forma o objetivo já estará atingido. Claro que teremos alunos que irão além e criarão novos conceitos ou recriarão os quais tiveram contato, isso seria ótimo, mas o simples fato de apropriação do conceito é muito satisfatório.</p> <p><i>Observação: Esse é o passo mais importante, porém impossível de ser realizado sem os outros, é preciso muita dedicação do professor para que ele realmente se efetive, é necessário tempo. Nossa sugestão é que uma aula de 50 minutos reserve 5 minutos para a chamada, 15 para retomar os passos anteriores e tirar dúvidas e 30 minutos para a conceituação, pois é nela que os alunos irão perceber o sentido de todo o processo percorrido.</i></p>

Produto Educacional Hefesto (Versão para imprimir).

Para versão digital acesse : <https://bit.ly/39QTdS6>



Ética, Direitos e Cidadania

Objeto digital de aprendizagem

Hefesto

Profº Francis | Filosofia | 08/01/2020 | 3º A EM

Sensibilização



Por que uma série sobre um assalto à Casa da Moeda da Espanha faz tanto sucesso?



Por que o caso Neymar Jr. e da modelo Najila foi tão comentado pelo jornalismo?



Por que Donald Trump é tão polêmico?



Por que o feminismo é tão comentado hoje?





A resposta está diretamente relacionada com a Ética.



1 - Meio ambiente



2 - Política



3 - Relacionamentos



4 - Animais



5 - Próximo

Em todos os setores da sociedade nós ouvimos falar sobre a ética.

Ética na política por causa da corrupção e dos desmandos dos políticos, no jornalismo por causa das chamadas fake News e da novidade da “pós-verdade”, ética no trabalho, por condições mais justas na relação entre os empresários e os empregados, ética e responsabilidade social, ética no cuidado com os animais...

Até mesmo em relação aos nossos sentimentos se fala em ética. Isto porque as relações humanas, entre namorados ou pessoas casadas, por exemplo também estão relacionadas com a ética.

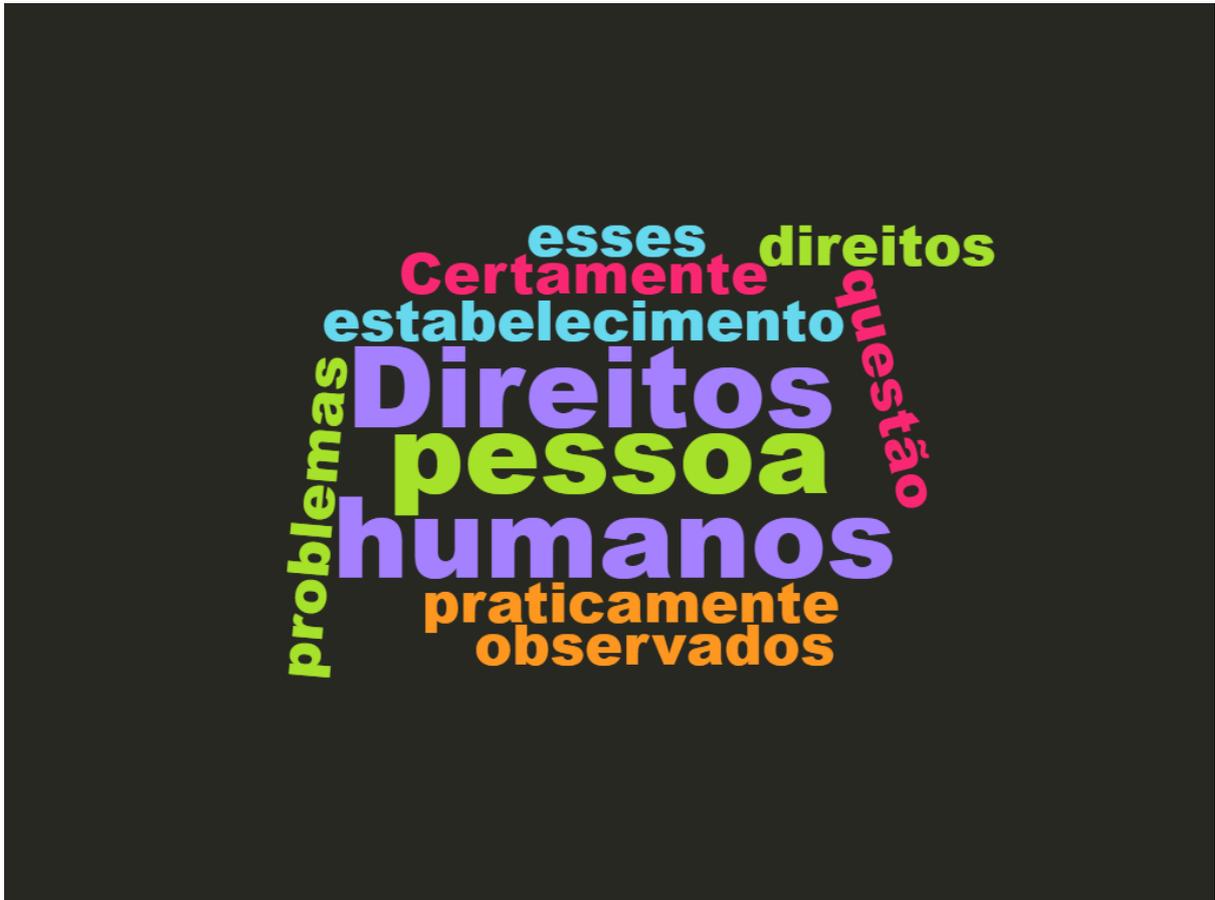
Mas por que, então, a ética é tão abrangente?

Para encerrar assista ao vídeo "A fábula da corrupção" uma produção da Cartunaria Desenhos, ele nos ajudará a refletir sobre o nosso comportamento e as consequências.

<https://www.youtube.com/watch?v=a8423f6Aw1A>



Problematização



Voltamos a pergunta: Mas por que, então, a ética é tão abrangente?

A ética é abrangente porque envolve todas as ações humanas, em todos os aspectos de nossas vidas.

Mas somente as ações humanas?

Sim, pois somente os seres humanos são dotados de racionalidade e de liberdade, que são os dois componentes de um campo ético.

Os animais não são julgados por seus atos. Os seres humanos são julgados por suas ações por trazerem em si o princípio da responsabilidade que é dado, como vimos, pela liberdade e pela razão.

Mas qual a diferença entre os homens e os animais?

Os seres humanos também agem por instinto, disso nós sabemos. Existe o instinto sexual, o instinto de preservação, entre outros instintos.

A resposta da ciência é que os humanos são animais dotados de racionalidade, isso vai fazer uma grande diferença.

Mas existe um outro elemento na constituição humana que a ciência não consegue explicar. Esse elemento é a liberdade, o livre-arbítrio.

As perguntas da problematização são:

Agir eticamente garante que serei feliz?

O homem é realmente livre para agir?

Nossos atos são predeterminados pelas situações do cotidiano?

Como decidimos nossas ações?

Podemos mudar nossas ações e decisões livremente?

A liberdade é compatível com a Ética e a Cidadania?

Investigação



Durante muito tempo os filósofos investigaram se a ética, enquanto prática, **leva a felicidade**, se **é um dever** ou se ela esbarra sempre na **liberdade**, levantando se o **homem tem livre-arbítrio ou não**.

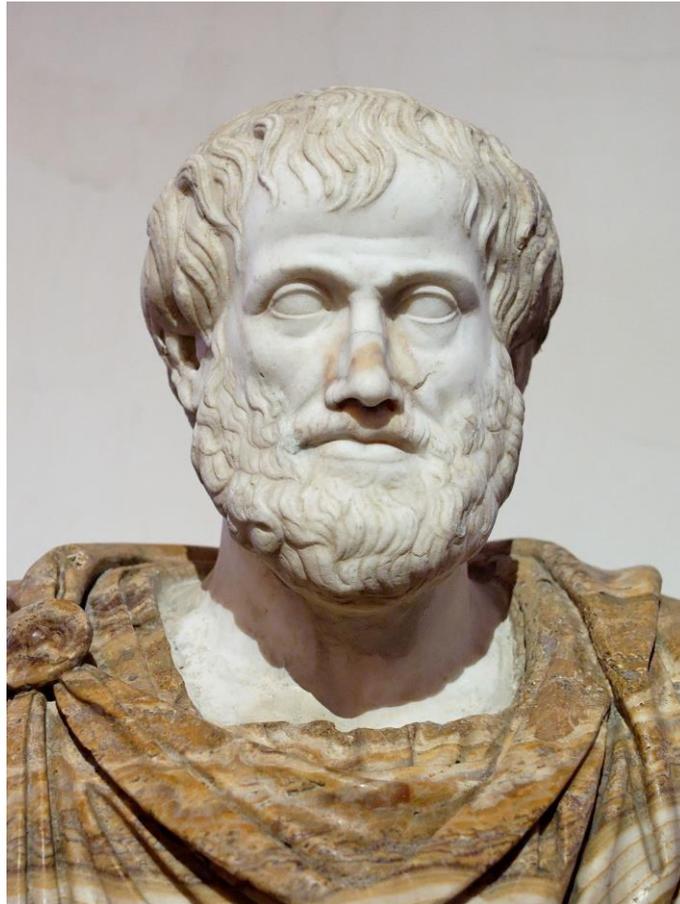
Se o homem possui livre-arbítrio ele pode ser imputado (julgado culpado por seus atos), se não possui livre arbítrio ele seria inocente e, portanto, estaria, como os animais, sob o domínio do determinismo natural, agindo apenas por instinto.

O que comprovamos na história das doutrinas éticas é que alguns filósofos defendem a existência do livre-arbítrio e outros negam que o homem tenha liberdade plena.

Porém, para efeito da vida em sociedade, regulamentada pelas leis do direito positivo, todos nós somos considerados livres e, portanto, responsáveis pelos nossos atos.

Seria, então, a sociedade uma reunião de seres responsáveis pelos seus atos em busca de um bem comum?

Esta pergunta nos leva ao conceito de cidadania.



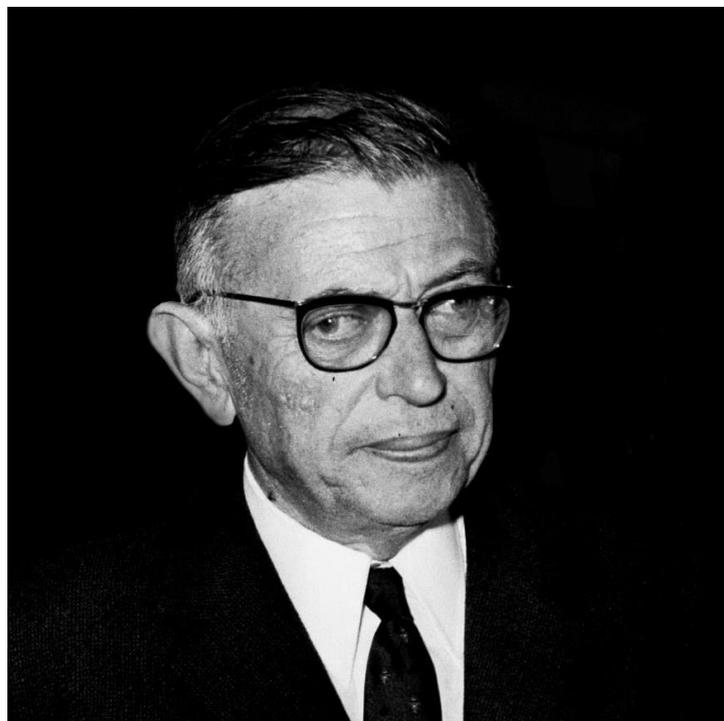
6 - Aristóteles : *Ética para a Felicidade*



7 - Tomás de Aquino: *Ética orientada para o livre arbítrio*



8 - Immanuel Kant: Ética orientada para o dever - Modernidade



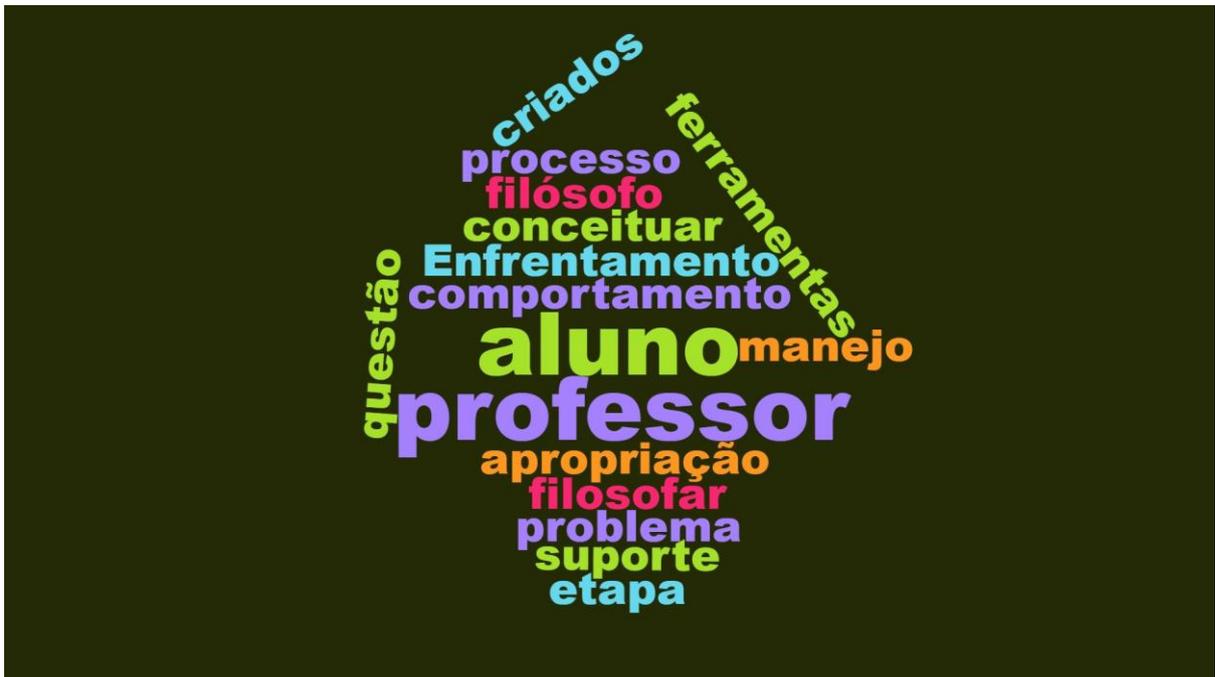
9 - Jean Paul Sartre: Ética orientada para a liberdade - contemporaneidade

Clique nos links e tenha acesso aos textos selecionados (Também nos anexos)

[Sequência didática 1](#) textos resumidos

[Sequência didática 2](#) textos completos

Conceituação



A ética é a área que estuda as ações humanas.

As ações humanas são complexas e possuem como causa o querer humano.

Temos a liberdade de escolher o que fazemos, por isso somos julgados por nossos atos.

A reunião de vários seres eticamente responsáveis pelos seus atos em um grupo é definido por sociedade.

A sociedade moderna, baseada no estado democrático de direito, determina, através de suas leis, que os indivíduos que se adequam à definição de seres livres e racionais e concordam com as leis (contrato social) são considerados cidadãos.

Daí surge o conceito de cidadania, um conceito que abriga a ideia de direitos e deveres.

Para ser cidadão, ou seja para ter cidadania, é preciso ser livre e racional e estas características são as características estudadas pela ética.

Chegou a hora de retomar os problemas já levantados na problematização, vale a pena lembrar o lemos de Aristóteles, Tomás de Aquino, Kant e Sartre. Eles poderão fornecer ferramentas preciosas para nosso conceituar.

Agir eticamente garante que serei feliz?

O homem é realmente livre para agir?

Nossos atos são predeterminados pelas situações do cotidiano?

Como decidimos nossas ações?

Podemos mudar nossas ações e decisões livremente?

A liberdade é compatível com a Ética e a Cidadania?

Agora é com você. Vamos filosofar? Fique a vontade crie, recrie, repita, enfim, utilize os conceitos Ética e Cidadania no contexto da liberdade. Até a próxima...

Créditos



Produto apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica.

Título da dissertação: **ENSINO ATIVO DE FILOSOFIA: ALIANDO A PEDAGOGIA DO CONCEITO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Mestrando: Francis Pegorer Godoi

Orientador: Prof.º Dr.º Eli Vagner Francisco Rodrigues

Bauru, 21 de Fevereiro de 2020

Produto: Hefesto (Objeto Digital de Aprendizagem)

Link de acesso: <https://bit.ly/39QTdS6>

Elaboração: Francis Pegorer Godoi

Supervisão Geral: Prof.º Dr.º Eli Vagner Francisco Rodrigues

Imagens e Vídeos

Wikimedia - <https://commons.wikimedia.org/>

Comunidade criativa Pixabay - <https://pixabay.com/pt>

Cartunária desenhos - <https://www.youtube.com/watch?v=gm2LmELpBG8>

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo, MG: Editora 34, 1992.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia:** uma didática para o ensino médio. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MICROSOFT. **Introdução ao Sway.** Disponível em: <https://support.office.com/pt-br/article/introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-sway-2076c468-63f4-4a89-ae5f-424796714a8a> Acesso em: 20 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Textos filosóficos resumidos para utilização em sequência didática 1

Aristóteles

(...) a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza. Por exemplo, à pedra que por natureza se move para baixo não se pode imprimir o hábito de ir para cima, ainda que tentemos adestrá-la jogando-a dez mil vezes no ar; nem se pode habituar o fogo a dirigir-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira a comportar-se de outra. (p.285)

(...) adquirimo-las pelo exercício, como também sucede com as artes. Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tocando esse instrumento. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, e assim com a temperança, a bravura, etc. (p. 286)

(...) Ora, que devemos agir de acordo com a regra justa é um princípio comumente aceito, que nós encamparemos. Mais tarde havemos de nos ocupar dele, examinando o que seja a regra justa e como se relaciona com as outras virtudes. Uma coisa, porém, deve ser assentada de antemão, e é que todo esse tratamento de assuntos de conduta se fará em linhas gerais e não de maneira precisa.(p.288)

(...) É por essa razão que devemos atentar para a qualidade dos atos que praticamos, pois nossas disposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades. E não será desprezível a diferença se, desde a nossa infância, nos habituarmos desta ou daquela maneira.(p.290)

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4ªed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

Tomás de Aquino

O homem tem livre arbítrio; do contrário seriam inúteis os conselhos, as exortações, os preceitos, as proibições, os prêmios e as penas. E isto se evidencia, considerando, que certos seres agem sem discernimento; como a pedra, que cai e, semelhantemente, todos os seres sem conhecimento. Outros, porém, agem com discernimento, mas não livre, como os brutos. Assim a ovelha que, vendo o lobo, discerne que deve fugir, por discernimento natural, mas não livre, porque esse discernimento não provém da reflexão, mas do instinto natural. E o mesmo se dá com qualquer discernimento dos brutos. — O homem, porém, age com discernimento; pois, pela virtude cognoscitiva, discerne que deve evitar ou buscar alguma coisa. Mas esse discernimento, capaz de visar diversas possibilidades, não provém do instinto natural, relativo a um ato particular, mas da reflexão racional. Pois a razão, relativamente às coisas contingentes, pode decidir entre dois termos opostos, como se vê nos silogismos dialéticos e nas persuasões retóricas. Ora, os atos particulares são contingentes e, portanto, em relação a eles, o juízo da razão tem de se avir com termos opostos e não fica determinado

a um só. E, portanto, é forçoso que o homem tenha livre arbítrio, pelo fato mesmo de ser racional. (p.691)

<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>

KANT

Desta maneira, no próprio conceito do imperativo categórico está a sua fórmula, que o explica, independente de fatores externos, sendo esta fórmula, a seguinte: “*Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*” (p.223)

Se agora prestarmos atenção ao que se passa em nós mesmos sempre transgredimos qualquer dever, descobrimos que na realidade não queremos que a nossa máxima se torne lei universal, porque isso nos é impossível; o contrário dela é que deve universalmente continuar a ser lei; nós tomamos apenas a liberdade de abrir nela uma exceção para nós, ou (também só por esta vez) em favor da nossa inclinação.(p.226)

KANT, Emanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes, p. 213 Coleção Pensadores, Tradução Paulo Quintela. Coimbra, agosto de 1948.

Sartre

(...) Queremos definir o ser do homem na medida em que condiciona a aparição do nada, ser que nos apareceu como liberdade. Assim, condição exigida para a realização do nada, a liberdade não é uma *propriedade* que pertença entre outras coisas à essência do ser humano [...] A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do *ser* da „realidade humana“. O homem não é *primeiro* para ser livre *depois*: não há diferença entre o ser do homem e seu „*ser-livre*“[...] precisamos enfocar a liberdade em conexão com o problema do nada e na medida estrita que condiciona sua aparição(...) (SARTRE, 1997, p.68).

“É a solidão do para-si que impõe à consciência o absoluto de sua liberdade, é uma consciência despojada de tudo, aquela que se lança adiante de si por sua conta e risco“. Ser livre, nesse sentido, é sentir o peso de sua responsabilidade sobre seus ombros, sem ter a quem culpar – é nesse aspecto que Sartre diz que a liberdade impõe uma “responsabilidade opressiva” (SARTRE, 1997, p.678).

Há angústia ética quando me considero em minha relação original com os valores. Estes, com efeito, são exigências que reclamam um fundamento. Mas fundamento que não poderia ser de modo algum o *ser*, pois todo valor que fundamentasse a sua natureza ideal sobre seu próprio ser deixaria por isso de ser valor e realizaria a heteronomia de minha vontade. O valor extrai seu ser de sua exigência, não sua exigência de seu ser [...] o valor só pode se revelar

a uma liberdade ativa que o faz existir como valor simplesmente por reconhecê-lo como tal. Daí que minha liberdade é o único fundamento dos valores e *nada*, absolutamente nada, justifica minha adoção dessa ou daquela escala de valores. [...] E minha liberdade se angustia por ser o fundamento sem fundamento dos valores. Além disso, porque os valores, por se revelarem por essência a uma liberdade, não podem fazê-lo sem deixar de ser „postos em questão”, já que a possibilidade de inverter a escala de valores aparece, complementarmente, como minha possibilidade. A angústia ante os valores é o reconhecimento de sua idealidade (SARTRE, 1997, p.82-83).

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

Apêndice 2 – Textos Filosóficos para sequência didática 2

Aristóteles - Ética a Nicômaco

Como já vimos, há duas espécies de excelência: a intelectual e a moral. Em grande parte, a excelência intelectual deve tanto o seu nascimento quanto o seu desenvolvimento à instrução (por isto ela requer experiência e tempo); quanto à excelência moral, ela é o produto do hábito, razão pela qual seu nome é derivado, com uma ligeira variação, da palavra “hábito”. É evidente, portanto, que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. Por exemplo, a pedra, que por natureza se move para baixo, não pode ser habituada a mover-se para cima, ainda que alguém tente habituá-la jogando-a dez mil vezes para cima; tampouco o fogo pode ser habituado a mover-se para baixo, nem qualquer outra coisa que por natureza se comporta de certa maneira pode ser habituada a comportar-se de maneira diferente. Portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito.

Além disto, em relação a todas as faculdades que nos vêm por natureza recebemos primeiro a potencialidade, e somente mais tarde exibimos a atividade (isto é claro no caso dos sentidos, pois não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-los); quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as — por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. Esta asserção é confirmada pelo que acontece nas cidades, pois os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores; os que não a põem corretamente em prática falham em seu objetivo, e é sob este aspecto que a boa constituição difere da má.

Ademais, toda excelência moral é produzida e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios, tal como acontece com toda parte, pois é tocando a cítara que se formam tanto os bons quanto os maus citaristas, e uma afirmação análoga se aplica aos construtores e a todos os profissionais; os homens são bons ou maus construtores por construírem bem ou mal. Co efeito, se não fosse assim não haveria necessidade de professores, pois todos os homens teriam nascido bem ou mal dotados para as suas profissões. Logo, acontece o mesmo com as várias formas de excelência moral; na prática de atos em que temos de engajar-nos dentro de nossas relações com outras pessoas, tornamo-nos justos ou injustos; na prática de atos em situações perigosas, e adquirindo o hábito de sentir receio ou confiança, tornamo-nos corajosos ou covardes. O mesmo se aplica aos desejos e à ira; algumas pessoas se tornam moderadas e amáveis, enquanto outras se tornam concupiscentes ou irascíveis, por se comportarem de maneiras diferentes nas mesmas circunstâncias. Em uma palavra, nossas disposições morais resultam das atividades correspondentes às mesmas. É por isto que devemos desenvolver nossas atividades de uma maneira predeterminada, pois nossas disposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades. Não será pequena

a diferença, então, se formarmos os hábitos de uma maneira ou de outra desde nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2011 (p.52-54)

Thomas de Aquino – Suma teológica

Art. 1 — Se o homem tem livre arbítrio. (Supra, q. 59, a. 3; Ia-IIae, q. 13, a. 6; De Verit., q. 24, a. 1, 2; De Malo, q. 6).

O primeiro discute-se assim. — Parece que o homem não tem livre arbítrio.

1. — Pois, quem tem livre arbítrio faz o que quer. Ora, o homem não faz o que quer como se vê pela Escritura (Rm 7, 19): Porque eu não faço o bem que quero; mas faço o mal, que não quero. Logo, o homem não tem livre arbítrio.

2. Demais. — Quem é livre pode querer e não querer, operar ou não. Ora, isso está no poder do homem, conforme a Escritura (Rm 9, 16): Não pertence ao que quer, o querer, nem ao que corre, o correr. Logo, o homem não tem livre arbítrio.

3. Demais. — É livre quem é causa de si, como diz Aristóteles. E não é livre o que é movido por outro. Ora, Deus move a vontade, conforme a Escritura (Pr 21, 1): O coração do rei se acha na mão do Senhor, e (Fl 2, 13): Eleo inclina para qualquer parte que quiser; e: Deus é o que opera em vós o querer e o perfazer. Logo, o homem não tem livre arbítrio.

4. Demais. — Quem é livre é senhor dos seus atos. Ora, o homem não o é, como diz a Escritura (Jr 10, 23): Não é do homem o seu caminho, nem é do varão o andar e o dirigir os seus passos. Logo, o homem não tem livre arbítrio.

5. Demais. — O Filósofo diz: Tal é um ser, tal é o seu fim que se propõe. Ora, não por nós mesmos, mas pela natureza, é que somos o que somos. Logo, vem da natureza, e não do livre arbítrio, o buscarmos um determinado fim.

Mas, em contrário, diz a Escritura (Ecle 15, 14): Deus criou o homem desde o princípio e deixou-o na mão do seu conselho, i. é, conforme a Glosa, na liberdade do arbítrio.

SOLUÇÃO. — O homem tem livre arbítrio; do contrário seriam inúteis os conselhos, as exortações, os preceitos, as proibições, os prêmios e as penas. E isto se evidencia, considerando, que certos seres agem sem discernimento; como a pedra, que cai e, semelhantemente, todos os seres sem conhecimento. Outros, porém, agem com discernimento, mas não livre, como os brutos. Assim a ovelha que, vendo o lobo, discerne que deve fugir, por discernimento natural, mas não livre, porque esse discernimento não provém da reflexão, mas do instinto natural. E o mesmo se dá com qualquer discernimento dos brutos. — O homem, porém, age com discernimento; pois, pela virtude cognoscitiva, discerne que deve evitar ou buscar alguma coisa. Mas esse discernimento, capaz de visar diversas possibilidades, não provém do instinto natural, relativo a um ato particular, mas da reflexão racional. Pois a razão, relativamente às coisas contingentes, pode decidir entre dois termos opostos, como se vê nos silogismos dialéticos e nas persuasões retóricas. Ora, os atos particulares são contingentes e, portanto, em relação a eles, o juízo da razão tem de se avir com termos opostos e não fica determinado a um só. E, portanto, é forçoso que o homem tenha livre arbítrio, pelo fato mesmo de ser racional.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — Como já se disse antes (q. 81, a. 3 ad 2), o apetite sensitivo, embora obediente à razão, pode contudo recalcitrar, desejando o que a razão proíbe. Ora, o bem que o homem não faz quando quer é o que consiste em ser concupiscente contra a razão, como diz a Glossa de Agostinho a esse passo.

RESPOSTA À SEGUNDA. — Não se deve entender esse passo do Apóstolo no sentido em que o homem não quer e não corre por livre arbítrio; mas como significando que o livre arbítrio não é suficiente para isso, se não for movido e ajudado por Deus.

RESPOSTA À TERCEIRA. — O livre arbítrio é causa do seu movimento, porque o homem, pelo livre arbítrio, é levado a agir. Mas, contudo, não é necessário, para a liberdade, que o livre seja a causa primeira de si mesmo; assim como não é necessário, para uma causa ser causa de outra, que seja sua causa primeira. Ora, Deus, pois, é a causa primeira motora, tanto das causas naturais como das voluntárias. E assim como, movendo-as, não faz com que os atos delas deixem de ser naturais; assim também, movendo as voluntárias, não faz com que os seus atos deixem de ser voluntários, mas antes, causa-lhes essa qualidade, porque obra, em cada ser, conforme a propriedade deles.

RESPOSTA À QUARTA. — Diz-se que não está no homem escolher o seu caminho quanto à execução das eleições, nas quais o homem pode ser impedido, queira ou não. Mas as eleições em si mesmas dependem de nós, suposto, contudo, o auxílio divino.

RESPOSTA À QUINTA. — Dupla é a qualidade do homem: uma natural; outra, superveniente. — Aquela pode ser da parte intelectual e do corpo ou das virtudes anexas ao corpo. Assim, por ter tal qualidade natural intelectual é que o homem deseja o último fim, que é a beatitude; cujo desejo é natural e não depende do livre arbítrio, como resulta do sobredito (q. 82, a. 1, 2). E é por ter tal qualidade natural, quanto ao corpo e às virtudes anexas ao corpo, que o homem tem tal compleição ou tal disposição, em virtude de determinada impressão das coisas corpóreas, que se não podem aplicar à parte intelectual, por não ser esta ato de nenhum corpo. Assim, pois, cada um se propõe o fim conforme a sua qualidade corpórea, porque, em virtude desta disposição, é que o homem se inclina a eleger ou repudiar alguma coisa. Essas inclinações, porém, são dependentes do juízo da razão, à qual obedece o apetite inferior, como já se disse (q. 81, a. 3). Por onde, não tolhem a liberdade do arbítrio. — Mas as qualidades supervenientes são como que hábitos e paixões pelas quais alguém se inclina mais a uma que a outra coisa, dependendo também essas inclinações do juízo da razão. E tais qualidades são, do mesmo modo, subordinadas à razão, enquanto de nós depende adquiri-las, causal ou dispositivamente, bem como excluí-las. Assim que, nada há de repugnante à liberdade do arbítrio.

<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>

Kant - Fundamentação da metafísica dos costumes

O imperativo categórico

Cada coisa da natureza opera segundo leis. Só um ente racional tem a faculdade de agir *segundo a representação* de leis, isto é, segundo princípios, ou uma *vontade*. Visto que para a dedução de ações de leis requer-se *razão*, a vontade não é senão uma razão prática. Se a razão determina inevitavelmente a vontade, então as ações de um tal ente, conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade

é uma faculdade de escolher *somente aquilo* que a razão, independentemente das inclinações, conhece como praticamente necessário, isto é, como bom. Mas se a razão não determina, por si só, suficientemente a vontade, então esta está submetida ainda a condições subjetivas (a certos incentivos), que nem sempre concordam com as condições objetivas; em uma palavra, se a vontade não é *em si* plenamente conforme à razão (como nos homens é efetivamente o caso), então as ações que são conhecidas objetivamente como necessárias são subjetivamente contingentes, e a determinação de uma tal vontade conformemente a leis objetivas é *necessitação* [*Nötigung*], isto é, a relação de leis objetivas com uma vontade não totalmente boa é representada como a determinação da vontade de um ente racional em verdade mediante fundamentos da razão, os quais porém, em decorrência da natureza dessa vontade, não são necessariamente seguidos por ela.

A representação de um princípio objetivo, na medida em que é obrigatória para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se *imperativo*.

Todos os imperativos são expressos por um dever-ser e mostram através dele a relação de uma lei objetiva da razão com uma vontade que, de acordo com sua constituição subjetiva, não é necessariamente determinada por ela (uma necessitação). Eles dizem que seria bom fazer ou deixar de fazer alguma coisa, entretanto o dizem a uma vontade que nem sempre faz algo pelo fato de ser-lhe representado que seja bom fazê-lo. Praticamente *bom*, porém, é algo que determina a vontade mediante as representações da razão, por conseguinte não a partir de causas subjetivas, mas objetivamente, isto é, a partir de fundamentos que são válidos para todo ente racional enquanto tal. Ele distingue-se do *agradável* como algo que tem influência sobre a vontade só por meio da sensação a partir de simples causas subjetivas, que só valem para este ou aquele, e não como princípio da razão que vale para qualquer um.*

Logo, uma vontade perfeitamente boa estaria do mesmo modo submetida a leis objetivas (do bem), mas nem por isso poderia ser representada como *obrigada* a ações conformes a leis, porque ela por si mesma, de acordo com sua constituição subjetiva, somente pode ser determinada pela representação do bem. Por isso para a vontade *divina*, e em geral para uma vontade *santa*, não vale nenhum imperativo; o dever-ser encontra-se aqui no lugar errado, porque o *querer* já por si mesmo concorda necessariamente com a lei. Por isso imperativos são somente fórmulas para expressar a relação de leis objetivas do querer em geral com a imperfeição subjetiva da vontade deste ou daquele ente, isto é, da vontade humana.

Ora, todos os *imperativos* ordenam ou de modo *hipotético* ou *categórico*. Os hipotéticos representam a necessidade prática de conseguir uma ação possível como meio para algo diverso que se quer (ou que, enfim, possivelmente se queira). O imperativo categórico seria aquele que representa uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com um outro fim.

Visto que toda lei prática representa uma ação possível como boa, e por isso como necessária para um sujeito determinável praticamente pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação, que é necessária segundo o princípio de uma vontade de algum modo boa. Ora, se a ação for boa meramente como meio para *alguma outra coisa*, então o imperativo é *hipotético*; se for representada como *em si* boa, por conseguinte como necessária em uma vontade em si conforme à razão, como princípio da vontade, então ele é *categórico*.

Logo, o imperativo diz que ação possível através de mim seria boa, e representa a regra prática em relação com uma vontade que não executa imediatamente uma ação por ela ser boa, em parte porque o sujeito nem sempre sabe que ela é boa, em parte porque, ainda que o soubesse, as máximas do sujeito poderiam contudo opor-se aos princípios objetivos de uma razão prática.

Portanto, o imperativo hipotético diz somente que a ação é boa para algum objetivo qualquer, *possível* ou *efetivo*. No primeiro caso, ele é um princípio *problematicamente* prático; no segundo, um princípio *assertoricamente* prático.

O imperativo categórico, que declara a ação por si como objetivamente necessária, sem relação com qualquer objetivo, isto é, também sem qualquer outro fim, vale como princípio *apoditicamente* prático.

Pode-se conceber o que somente é possível mediante forças de qualquer ente racional como um objetivo possível também para qualquer vontade, e por isso os princípios da ação, na medida em que for representada como necessária para atingir um objetivo qualquer possível por esse meio, são de fato em número infinito. Todas as ciências têm alguma parte prática qualquer que consiste em problemas [que supõem] que um fim qualquer seja possível a nós, e de imperativos de como ele possa ser alcançado. Por isso, estes podem ser chamados em geral de imperativos da *habilidade*. O problema aqui não é de modo algum se o fim é racional e bom, mas somente o que se tem de fazer para alcançá-lo. As prescrições para o médico curar radicalmente uma pessoa e para um envenenador seguramente matá-la são de mesmo valor, na medida em que cada uma serve para alcançar perfeitamente o seu objetivo. Pelo fato de que na infância não se sabe com que fins precisaríamos deparar-nos na vida, os pais procuram deixar seus filhos aprender uma *variedade de coisas* e zelam pela *habilidade* no uso dos meios para toda sorte de fins *arbitrários*, para nenhum dos quais podem determinar se ele por acaso pode efetivamente tornar-se no futuro um objetivo de seu educando, a cujo respeito é entretanto *possível* que ele algum dia viesse a tê-los, e esta preocupação é tão grande que os pais habitualmente se descuidam de formar e corrigir o seu juízo sobre o valor das coisas que eles porventura quisesses tomar por fins.

Existe todavia *um* fim que se pode pressupor como efetivo em todos os entes racionais (desde que os imperativos se adaptem a eles, a saber, enquanto entes dependentes), e portanto um objetivo que eles não apenas por acaso *possam* ter, mas acerca do qual se pode pressupor com certeza que todos o *têm* com base numa necessidade natural, e este é o objetivo da *felicidade*. O imperativo hipotético, que representa a necessidade prática da ação como meio para a promoção da felicidade, é *assertórico*. Não se pode apresentá-lo simplesmente como necessário para um objetivo incerto, meramente possível, mas para um objetivo que se pode pressupor com certeza e a priori em todo homem, porque ele pertence à sua essência. Ora, pode-se chamar a habilidade, na escolha dos meios para o seu máximo bem-estar próprio, de *prudência**, no sentido mais estrito. Portanto, o imperativo que se refere à escolha dos meios para a felicidade própria, isto é, o preceito da prudência, é sempre ainda *hipotético*: a ação não é ordenada absolutamente, mas apenas como meio para um outro objetivo.

Finalmente há um imperativo que, sem pôr no fundamento como condição qualquer outro objetivo a ser alcançado mediante uma certa conduta, ordena imediatamente essa conduta. Este imperativo é *categórico*. Ele não diz respeito à matéria da ação e ao que deve seguir-se dela, mas à forma e ao princípio do qual ela mesma decorre, e o essencialmente bom da ação consiste na disposição [*Gesinnung*], seja qual for o seu resultado. Este imperativo pode chamar-se de imperativo da *moralidade*. [...]

O imperativo categórico é pois um só, e em verdade este: *age somente de acordo com aquela máxima, pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal.*

Ora, se desse imperativo único podem deduzir-se, como a partir de seu princípio, todos os imperativos do dever, então, ainda que deixemos em suspenso se aquilo que chamamos de dever não é de modo geral um conceito vazio, pelo menos poderemos indicar o que pensarmos com ele e o que esse conceito quer expressar.

Visto que a universalidade da lei, segundo a qual os efeitos ocorrem, constitui aquilo que propriamente se chama de *natureza* no sentido mais universal (segundo a forma), isto é, a existência das coisas na medida em que é determinada segundo leis universais, assim o imperativo universal do dever poderia também ser do seguinte teor: *age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se mediante tua vontade a lei universal da natureza.*

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2011 (p.120-123)

Jean Paul Sartre – O ser e o nada

(...) Queremos definir o ser do homem na medida em que condiciona a aparição do nada, ser que nos apareceu como liberdade. Assim, condição exigida para a aparição do nada, a liberdade não é uma *propriedade* que pertença entre outras coisas à essência do ser humano [...] A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do *ser* da „realidade humana“. O homem não é *primeiro* para ser livre *depois*: não há diferença entre o ser do homem e seu „*ser-livre*“[...] precisamos focar a liberdade em conexão com o problema do nada e na medida estrita que condiciona sua aparição(...) (SARTRE, 1997, p.68).

“É a solidão do para-si que impõe à consciência o absoluto de sua liberdade, é uma consciência despojada de tudo, aquela que se lança adiante de si por sua conta e risco“. Ser livre, nesse sentido, é sentir o peso de sua responsabilidade sobre seus ombros, sem ter a quem culpar – é nesse aspecto que Sartre diz que a liberdade impõe uma “responsabilidade opressiva” (SARTRE, 1997, p.678).

Há angústia ética quando me considero em minha relação original com os valores. Estes, com efeito, são exigências que reclamam um fundamento. Mas fundamento que não poderia ser de modo algum o *ser*, pois todo valor que fundamentasse a sua natureza ideal sobre seu próprio ser deixaria por isso de ser valor e realizaria a heteronomia de minha vontade. O valor extrai seu ser de sua exigência, não sua exigência de seu ser [...] o valor só pode se revelar a uma liberdade ativa que o faz existir como valor simplesmente por reconhecê-lo como tal. Daí que minha liberdade é o único fundamento dos valores e *nada*, absolutamente nada, justifica minha adoção dessa ou daquela escala de valores. [...] E minha liberdade se angustia por ser o fundamento sem fundamento dos valores. Além disso, porque os valores, por se revelarem por essência a uma liberdade, não podem fazê-lo sem deixar de ser „postos em questão“, já que a possibilidade de inverter a escala de valores aparece, complementarmente, como minha possibilidade. A angústia ante os valores é o reconhecimento de sua idealidade (SARTRE, 1997, p.82-83).

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.